

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DA ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES NO BRASIL

Marcelo Ramos dos Santos¹

José dos Santos Souza²

Resumo

O artigo apresenta revisão da literatura sobre a escolha de diretores escolares no Brasil. Toma-se como objeto de análise 1.238 produções científicas sobre “*Eleição Escolar*” e sobre “*Gestão Escolar*”, catalogadas em cinco repositórios de relevo para a área de educação. O objetivo foi identificar principais tendências da produção científica acerca da escolha de diretores escolares. De 1.238 produções, 108 delas tratavam da escolha de diretor escolar em instituições públicas de Educação Básica e, a partir de seu conteúdo, foi possível perceber sete categorias, são elas as que tratam de: 1) relação entre processo de escolha de diretores escolares e de democratização da gestão escolar; 2) estratégias de provimento para o cargo de diretor escolar; 3) tensões entre autonomia escolar e gestão governamental; 4) escolha de diretores escolares como prática democrática em oposição ao gerencialismo; 5) legalidade dos processos de escolha de diretores escolares; 6) distorções e manipulações nos processos de escolha de diretores escolares; e 7) outros temas diversos. Conclui-se que a maior parte da produção científica analisada (71%)

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua como professor de Geografia na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ. É membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ); é membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-1481-9690>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5446081750015233>, E-mail: mramosgeo@gmail.com

² Doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), com estágio de pós-doutoramento pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Atualmente como professor associado IV de Economia Política da Educação e de Política Educacional do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ) e de diversos cursos de licenciatura. É Líder do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS/UFRRJ); é editor da *RTPS - Rev. Trabalho, Política e Sociedade* (ISSN 2526-2319), Qualis A4; é membro pesquisador da Rede Universitas-BR; é membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5433-0812>, Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4662172593965744>, E-mail: jsantos@ufrj.br

trata da relação entre gestão democrática e o processo de escolha de diretores escolares, bem como das estratégias de provimento do cargo de diretor escolar, o que configura uma forte tendência do debate sobre o tema.

Palavras-chave: Direção Escolar. Eleição de Diretor Escolar. Escolha Democrática da Direção. Gestão Democrática da Escola.

TRENDS IN SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT THE CHOICE OF SCHOOL PRINCIPALS IN BRAZIL

Abstract

The article presents a review of the literature on the choice of school principals in Brazil. The object of analysis is 1,238 scientific productions on “School Election” and “School Management”, cataloged in five relevant repositories for the area of education. The objective was to identify main trends in scientific production regarding the choice of school principals. Of 1,238 productions, 108 of them dealt with the choice of school principal in public Basic Education institutions and, based on their content, it was possible to perceive seven categories, they are: 1) those that deal with the relationship between the process of choosing school principals and democratization of school management, 2) those that deal with recruitment strategies for the position of school director, 3) those that deal with tensions between school autonomy and government management, 4) those that deal with the choice of school directors as a democratic practice in opposition to managerialism, 5) those that deal with the legality of the processes for choosing school directors, 6) those that deal with distortions and manipulations in the processes of choosing school directors, and 7) those that deal with other diverse topics. It was concluded that the majority of the scientific production analyzed (71%) deals with the relationship between democratic management and the process of choosing school directors, as well as strategies for filling the position of school director, which constitutes a strong trend in the debate About the subject.

Keywords: School Management. Election of School Principal. Democratic Choice of School Principals. Democratic School Management.

TENDENCIAS DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE LA ELECCIÓN DE DIRECTORES DE ESCUELAS EN BRASIL

Resumen

El artículo presenta una revisión de la literatura sobre la elección de directores de escuelas en Brasil. El objeto de análisis son 1.238 producciones científicas sobre “Elección Escolar” y “Gestión Escolar”, catalogadas en cinco repositorios relevantes para el área de educación. El objetivo fue identificar las principales tendencias de la producción científica en torno a la elección de directores de escuelas. De 1.238 producciones, 108 de ellas versaron sobre la elección del director escolar en instituciones públicas de Educación Básica y, según su contenido, se pudo percibir siete categorías, son: 1) las que abordan la relación entre el proceso de elección de directores de escuelas y de democratización de la gestión escolar; 2) los que versan sobre estrategias de reclutamiento para el cargo de director de escuela; 3) aquellos que abordan tensiones entre la autonomía escolar y la gestión gubernamental; 4) los que abordan la elección de los directores escolares como una práctica democrática en oposición al gerencialismo; 5) las que versan sobre la legalidad de los procesos de elección de directores escolares; 6) las que abordan distorsiones y manipulaciones en los procesos de elección de directores escolares; y 7) aquellos que tratan de otros temas diversos. Se concluyó que la mayor parte de la producción científica analizada (71%) aborda la relación entre la gestión democrática y el proceso de elección de directores escolares, así como estrategias para cubrir el cargo de director escolar, lo que constituye una fuerte tendencia en el debate. Sobre el tema.

Palabras clave: Gestión Escolar. Elección de Director de Escuela. Elección Democrática de la Gestión. Gestión Escolar Democrática.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o tratamento que a literatura científica tem dispensado às experiências de escolha de diretores de escolas de Educação Básica no Brasil na perspectiva da gestão democrática de redes e de unidades de ensino do país. Na análise desenvolvida, entendemos por gestão democrática o conjunto de mediações – eleição de dirigentes escolares, funcionamento autônomo dos conselhos escolares, existência de grêmios estudantis, envolvimento dos responsáveis no cotidiano escolar, dentre outros – que possibilitam a definição dos rumos e a execução do projeto pedagógico de forma autônoma e participativa, tendo por base o financiamento estatal, o

Periferia, v. 16, p. 1-33, 2024, e80683

planejamento pedagógico e as mediações políticas da escola sem tutela de governantes. Nesta perspectiva, a gestão democrática pode ser definida como:

[...] uma orientação política-ideológica que possibilita combater a centralização do poder, socializar as tomadas de decisões e compartilhar as responsabilidades que, no caso das escolas públicas, permite que toda comunidade escolar participe e atue no processo educativo e assim se instaure o processo contínuo de democratização da gestão (Chaves; Novais; Guedes, 2018, p. 655).

Entretanto, é necessário considerar o fato de que a gestão democrática não é um fim em si mesma. Ela deve ser percebida como uma das mediações do processo educativo que abre possibilidades concretas de participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, não só de docentes e de técnicos administrativos, como também de estudantes e de seus responsáveis na definição dos rumos da escola, seja no aspecto político pedagógico, técnico-administrativo ou financeiro. Essa participação efetiva é imprescindível para que trabalhadoras e trabalhadores possam garantir o acesso ao conhecimento básico necessário ao desenvolvimento cultural, técnico-científico, filosófico e profissional de seus filhos. Além, é claro, dela também ser imprescindível para que a classe trabalhadora possa defender seu direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Em função da relevância que a escolha de diretores escolares pela comunidade escolar comporta, é oportuno compreender como esse tema tem sido tratado no meio acadêmico e científico. De fato, a contribuição dos cientistas da área de educação e das ciências sociais para o debate acerca do tema, suas proposições e suas interrogações precisam ser bem explicitadas para que se possa não apenas fundamentar as intervenções de diferentes segmentos da comunidade escolar no cotidiano da luta pela gestão democrática das escolas, mas também para identificar as lacunas, as contradições e os aspectos do debate que precisam de maior aprofundamento.

Nesta perspectiva, tomamos como objeto de análise a produção científica (artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado,

trabalhos apresentados em eventos científicos) sobre o tema disponível em cinco repositórios nacionais de relevo para a área de educação, com o objetivo de identificar as principais tendências da produção científica relacionada à escolha de gestores escolares no Brasil.

Os repositórios em que o levantamento foi feito são: 1) o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); 2) a Plataforma Educ@, da Fundação Carlos Chagas Filho; 3) a Biblioteca Virtual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 4) o Banco Nacional de Dissertações e Teses Digitais (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e 5) o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Primeiramente, foram levantadas produções científicas produzidas no período de 1996 a 2021. A definição deste recorte se fundamenta no fato de que a gestão democrática das instituições de ensino passou a ser regulamentada em lei, tendo sua primeira garantia legal a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A título de regulamentação do que está previsto no Art. 206, inciso 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), tal garantia legal prevista na LDB é resultado das lutas travadas pelos trabalhadores em educação e pelos responsáveis dos estudantes por maior participação nas decisões administrativas, nas financeiras e nas pedagógicas das instituições de ensino, durante a década de 1980.

Para uma melhor compreensão do método de levantamento bibliográfico e dos resultados de nossa análise, além dessa introdução, dividimos a exposição em mais quatro seções: 1) uma em que explicamos o método do levantamento da literatura analisada; 2) outra em que apresentamos aspectos quantitativos da análise; 3) outra em que tratamos de aspectos qualitativos, especialmente das principais tendências identificadas na literatura levantada; e 4) por fim, uma conclusão.

ACERCA DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LEVANTADAS

Para realizar o levantamento e a revisão de literatura da área de educação acerca da escolha de diretores de escolas de Educação Básica no Brasil, estabelecemos dois eixos temáticos com a finalidade de identificar a literatura disponível nesses repositórios, são eles: “*Eleição Escolar*” e “*Gestão Escolar*”. Esta opção se deu por entendermos que, certamente, as experiências de escolha de diretores escolares seriam tratadas em produções científicas concernentes a esses dois eixos. Assim, estabelecemos como foco de nosso levantamento bibliográfico a identificação de produções científicas sobre eleição escolar ou gestão escolar.

A partir desses eixos temáticos, definimos termos de busca que nos permitiram levantar com maior precisão a literatura pertinente. Nosso critério do que é ou não relevante ao campo de literatura da área de educação acerca da escolha de diretores escolares foi selecionar apenas os textos levantados cujo conteúdo se inseria em pelo menos um dos eixos temáticos predefinidos. Aqueles textos os quais o conteúdo não se referia aos eixos temáticos predefinidos foram descartados, ainda que tenham sido localizados pela indicação de alguma das palavras-chave determinadas para a busca.

Quadro 1: Eixos temáticos e respectivos termos de busca utilizados no levantamento bibliográfico

Eixo Temático	Termos de busca
Eleição Escolar	Eleição
	Eleições
	Eleição de Diretor de Escola/Eleição de Diretor Escolar
	Eleição Escolar/Eleição da Escola
	Eleições Escolares
Gestão Escolar	Gestão Democrática
	Gestão Democrática da Educação
	Gestão Democrática da Escola
	Gestão Democrática das Escolas
	Gestão Democrática do Ensino Público
	Gestão Democrática e Participativa

	Gestão Escolar
	Administração Escolar
	Administração da Escola

Fonte: elaboração dos autores

Observe-se que, ao aplicarmos os termos de busca definidos, chegamos a um total de 7.583 produções científicas. Ao iniciarmos uma análise preliminar desse quantitativo, percebemos que, apesar de os repositórios apontarem determinadas produções científicas, quando acionamos a busca pelas palavras-chave definidas, muitas delas não tratavam nem de “*Eleição Escolar*” nem de “*Gestão Escolar*”, o que nos obrigou a fazer uma filtragem para eliminá-las. Após a primeira filtragem, chegamos a um quantitativo de 2.873 produções científicas.

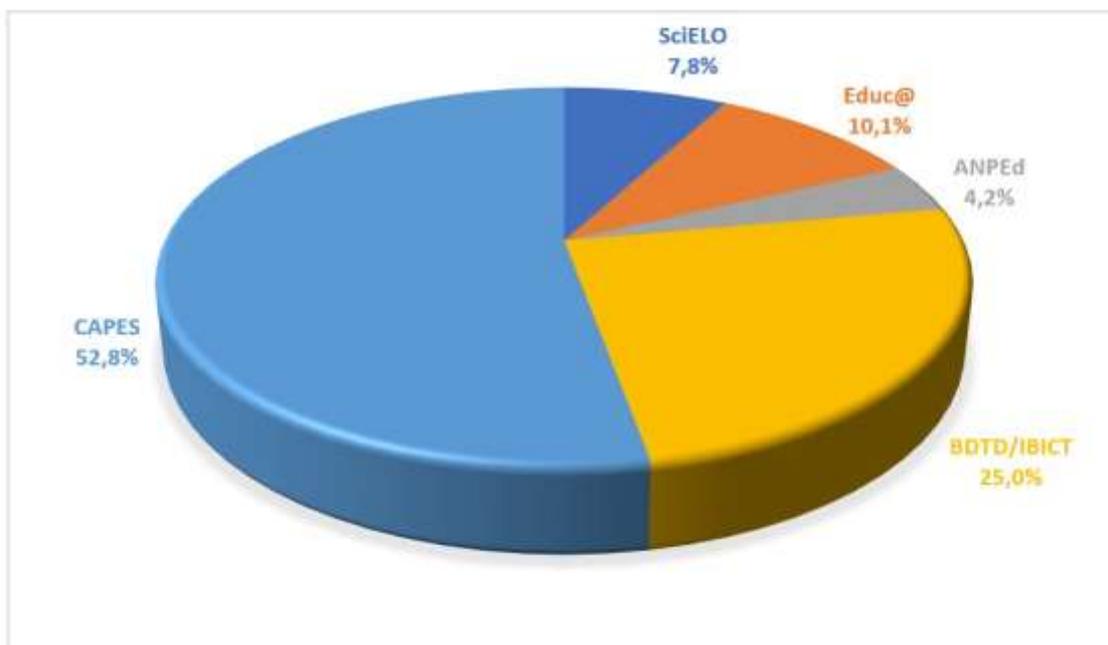
Ainda assim, percebemos algumas situações as quais mereciam ajustes, como: os casos em que uma mesma produção científica tinha sido localizada por termos de busca distintos; casos em que uma mesma produção científica constava em mais de um repositório; e até casos em que uma mesma produção científica constava mais de uma vez em um mesmo repositório. Essas situações geraram repetições que precisaram ser eliminadas. Isto nos obrigou a fazer uma filtragem mais apurada para eliminar itens repetidos e itens considerados não pertinentes ao Campo Temático estabelecido – produções científicas sobre “*Eleição Escolar*” mais produções científicas sobre “*Gestão Escolar*” – para identificar produções sobre escolha de diretores escolares. Assim, chegamos precisamente a um quantitativo de 1.238 produções científicas que se inseriam nesse Campo Temático.

A maior parte dessas produções científicas consta do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ou do BDTD/IBICT, demonstrando que há grande interesse investigativo entre mestrandos e doutorandos no Campo Temático “*Gestão Escolar e Eleição Escolar*”. Por outro lado, percebe-se que boa parte dessas pesquisas que dão origem às teses de doutorado e dissertações de

mestrado não foram comunicadas por meio de artigos científicos ou de trabalhos publicados em anais de eventos.

Gráfico 1: percentuais de produções científicas do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” levantadas, por repositório – 2022.

N = 1.238 produções científicas

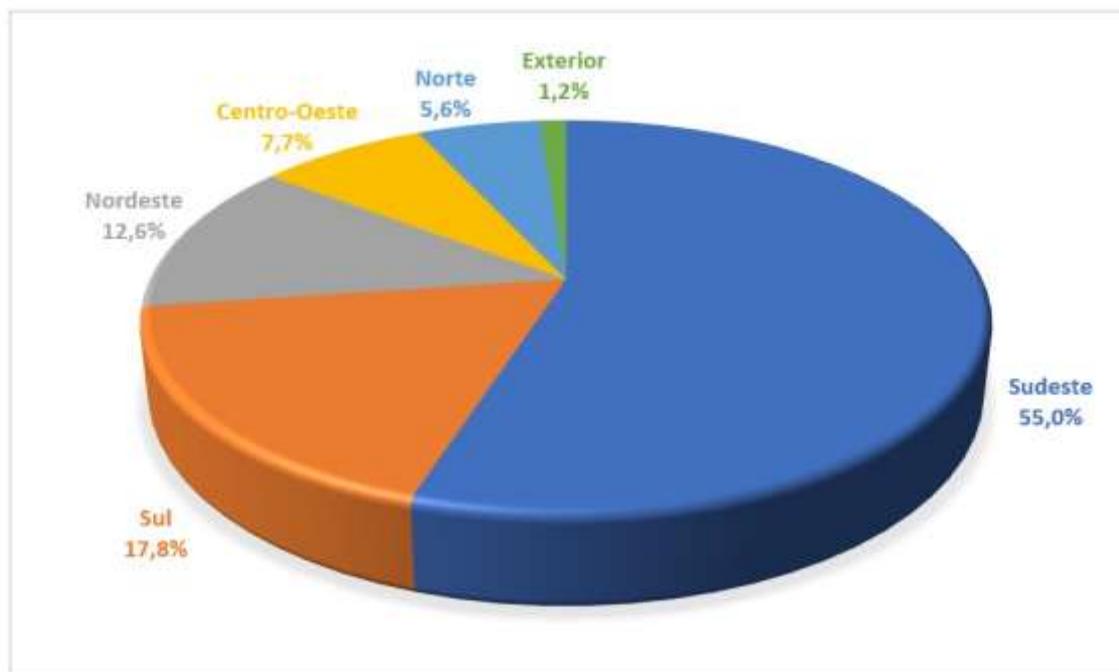


Fonte: elaboração própria.

Uma observação que merece registro é que supostamente o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES tenha indexado todas os trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado dos programas credenciados. Neste caso, as produções científicas constante do BDTD/IBICT deveriam também constar desse Catálogo. Durante o levantamento, percebemos que há um número considerável de trabalhos acadêmicos que constam no BDTD/IBICT e não constam no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Esse quantitativo é 25% do total de produções científicas levantadas no Campo Temático estabelecido.

Gráfico 2: percentuais de produções científicas do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” levantadas, por macrorregião brasileira – 2022.

N = 1.238 produções científicas

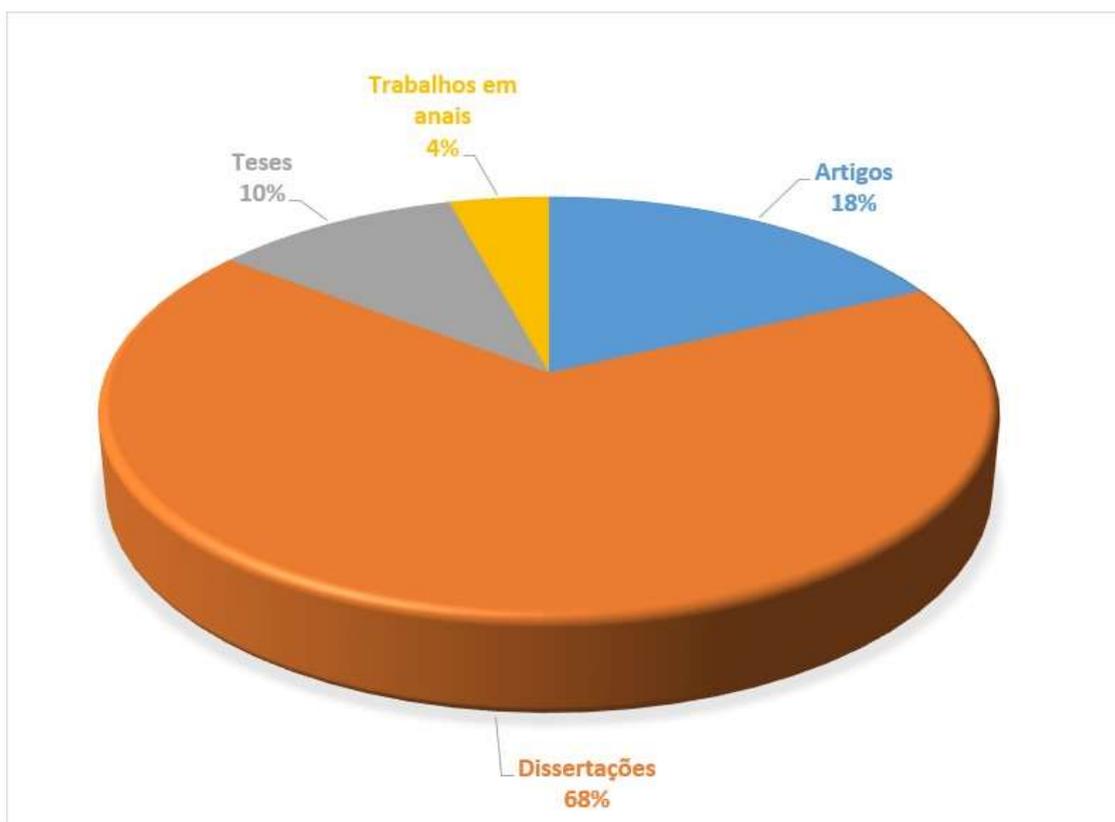


Fonte: elaboração própria

Ao classificarmos essas 1.238 produções científicas por tipo de produção, temos: 222 artigos científicos, 835 dissertações de mestrado, 129 teses de doutorado e 52 trabalhos publicados em anais de eventos. Tal registro nos atenta para o número considerável de dissertações de mestrado produzidas no Campo Temático. Esse dado já era perceptível a partir do Gráfico 1, pois ele nos permite constatar que 77,8% da produção científica levantada são de repositórios que indexam teses e dissertações. Todavia, o Gráfico 3 nos permite uma boa visibilidade da situação.

Gráfico 3: percentual de produções científicas do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” levantadas, por tipo de produção – 2022.

N = 1.238 produções científicas



Fonte: elaboração própria

Por outro lado, a partir do Gráfico 3, pareceu-nos bastante tímido o quantitativo de 4% para trabalhos publicados em anais de eventos. Neste caso, trata-se de trabalhos apresentados em reuniões científicas da ANPEd desde 1996.

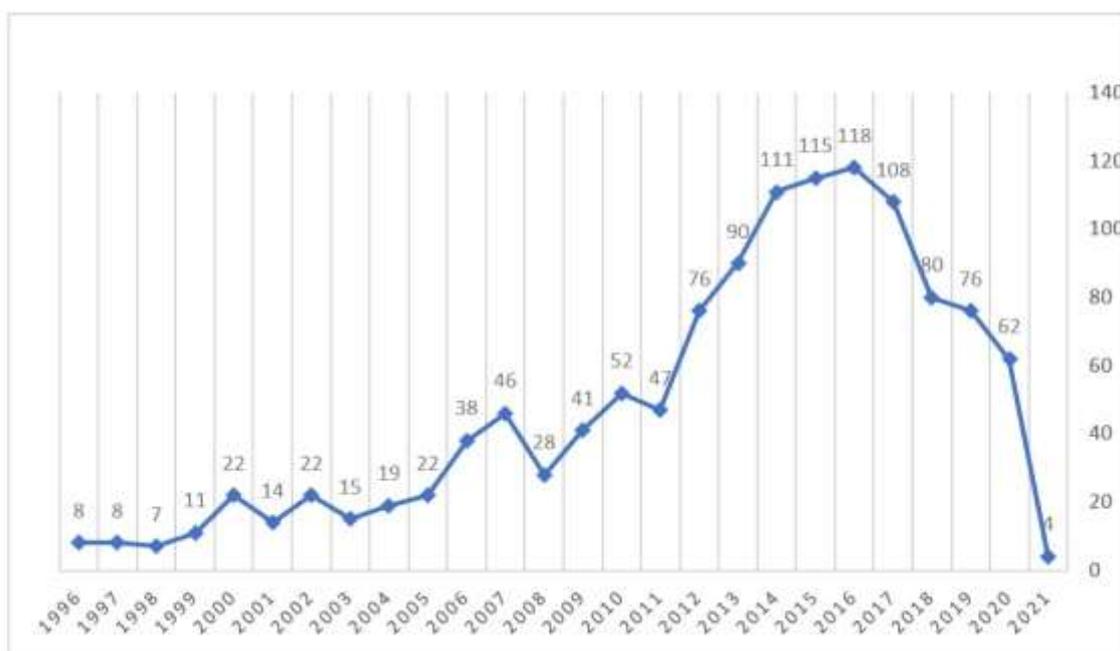
Quando classificamos as 1.238 produções científicas pertinentes ao Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” por macrorregiões brasileiras (Gráfico 2), considerando o vínculo institucional dos(as) autores(as), notamos que a maior parte delas tem origem na Região Sudeste do país, seguida da Região Sul. Somadas as produções das duas regiões, chega-se a mais de 72,8% do total. Também identificamos 1,2% de produções científicas originadas em

Periferia, v. 16, p. 1-33, 2024, e80683

instituições de ensino superior ou de pesquisa estrangeiras. No âmbito nacional, cabe ressaltar que pesquisadores do estado de São Paulo são responsáveis por 26,5% das produções científicas do Campo Temático, seguido pelos de Minas Gerais, com 22%. Curiosamente, não foram encontradas publicações desse Campo Temático nos estados de Roraima e Amapá.

Gráfico 4: evolução cronológica das produções científicas do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” levantadas – 2022.

N = 1.238 produções científicas



Fonte: elaboração própria

Ao observarmos a data das publicações, é notável certa efervescência do debate após 2011 (Gráfico 4). No auge da efervescência, em 2016, percebe-se um aumento de 151% de produções científicas em relação ao quantitativo de 2011. Embora em declínio, as produções científicas no Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” permanecem significativas até o início da Pandemia de COVID-19. Vale ressaltar que a Pandemia deve ter contribuído para a redução da produção científica em praticamente todas as áreas de conhecimento. Entretanto, o declínio de produção notado a partir de 2018 pode

Periferia, v. 16, p. 1-33, 2024, e80683

estar relacionado ao avanço das contrarreformas gerencialistas nas redes de ensino do país que impôs os princípios da “*Nova Gestão Pública*” como norteadores da gestão educacional. Não se pode desconsiderar também o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do neofascismo no país.

A concentração da produção de documentos na última década pode estar relacionada à promulgação da Lei n° 13.005/2014 (Brasil, 2014) que aprovou o Plano Nacional de Educação, com destaque para a Meta 19, que estabeleceu:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Brasil, 2014, p. 1).

Ressalta-se ainda que consta como estratégia indicada para o alcance da referida meta o seguinte:

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar (Presidência da República, 2014, p. 1).

No intuito de conhecer o que as 1.238 produções científicas do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” haviam tratado sobre a eleição de diretores escolares, partimos para uma etapa mais avançada da revisão da literatura: a análise sistemática, baseada na leitura dos títulos, dos resumos e, nos casos em que se mostrou necessário, do texto integral. Isso nos permitiu identificar 108 produções científicas cuja análise trata especificamente do Eixo Temático “*Eleição Escolar*”, as quais consideramos como literatura pertinente ao nosso objeto de análise.

Uma vez identificadas essas 108 produções, partimos para uma análise mais aprofundada delas com leitura cuidadosa da íntegra de seu conteúdo.

Nessa etapa, nossa intenção foi identificar as principais questões sobre as consultas à comunidade escolar para escolha de dirigentes escolares nelas abordadas e, a partir disto, estabelecer categorias que nos permitissem classificar o conjunto de produções científicas, de modo a nos proporcionar uma visão panorâmica do debate acerca do tema, suas principais questões e seus objetos de análise mais ou menos recorrentes.

Gráfico 5: percentual de produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar” levantadas, por categoria analítica – 2022.

N = 108 produções científicas



Fonte: elaboração própria

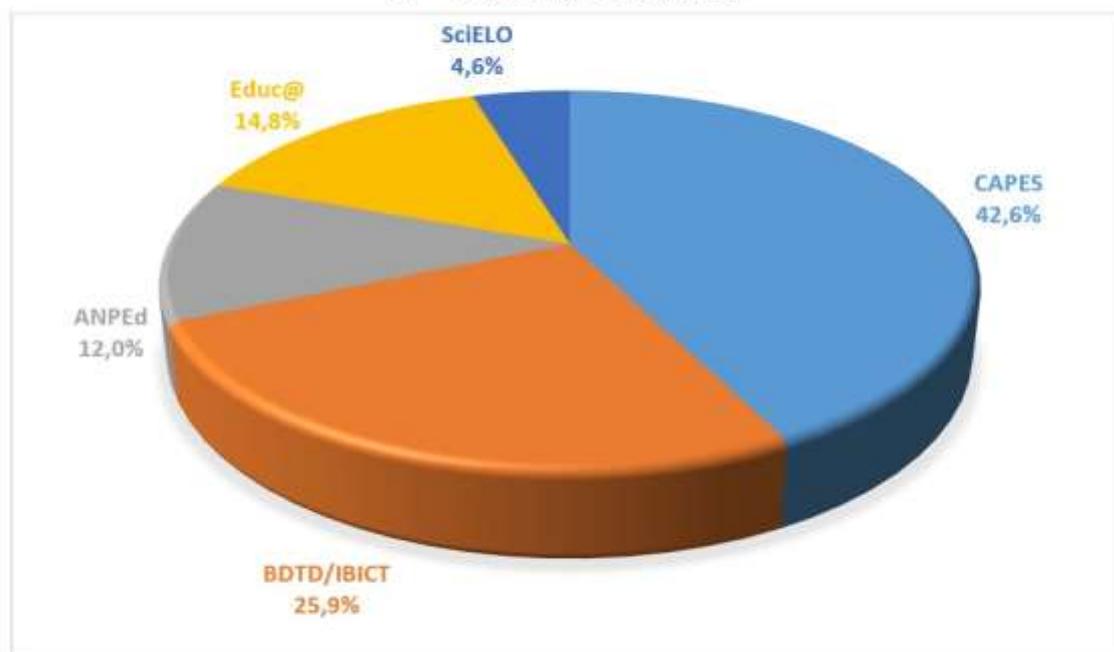
A análise da literatura nos levou ao estabelecimento de 7 categorias analíticas, são elas: 1) relação entre processo de escolha de diretores escolares e democratização da gestão escolar; 2) estratégias de provimento para o cargo; 3) tensões entre autonomia escolar e gestão governamental; 4) escolha de diretores escolares como prática democrática em oposição ao gerencialismo; 5) legalidade dos processos de escolha de diretores escolares; 6) distorções e manipulações nos processos de escolha de diretores escolares; 7) outros.

Desse quantitativo de 108 produções científicas que tratam especificamente da escolha de diretores escolares, chamou-nos a atenção o fato de que praticamente metade delas se referirem à relação entre o processo de escolha de diretores e à democratização da gestão escolar, ainda que não represente um movimento automático. Por outro lado, chamou-nos à atenção também o considerável número de produções que revelam diferentes formas de provimento para o cargo/função de diretor escolar nas redes públicas de ensino no Brasil. Da mesma forma, esta literatura nos chamou à atenção ainda para a inconstitucionalidade das leis estaduais e municipais que instituem o provimento do cargo de diretores escolares com base na decisão das comunidades escolares, em atendimento a reivindicações da luta histórica pela democratização da gestão escolar travada por profissionais da educação organizados e responsáveis pelos estudantes.

Ao relacionarmos os dados sobre produções científicas levantadas e consideradas pertinentes ao Eixo Temático “*Eleição Escolar*”, por repositórios – 2022 (Gráfico 6); com aqueles acerca das produções científicas relacionadas ao Campo Temático “*Gestão Escolar e Eleição Escolar*”, por repositórios – a 2022 (Gráfico 1); verificamos uma redução de 10,2% na quantidade de produções científicas indexadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Por outro lado, os trabalhos publicados nas reuniões anuais da ANPEd triplicaram, da mesma forma que também ocorreu aumento significativo no número de artigos publicados nas plataformas Educ@ e SciELO. Observamos que assim como no caso do Campo Temático “*Gestão Escolar e Eleição Escolar*”, manifestou-se o interesse investigativo entre mestrandos e doutorandos pelo Eixo Temático “*Eleição Escolar*”. Notamos também que mesmo tendo diminuído, manteve-se a discrepância entre a quantidade de pesquisas de teses e dissertações que efetivamente foram comunicados na forma de artigos científicos ou de trabalhos publicados em anais de eventos.

Gráfico 6: percentual de produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar” levantadas, por repositório – 2022.

N = 108 produções científicas

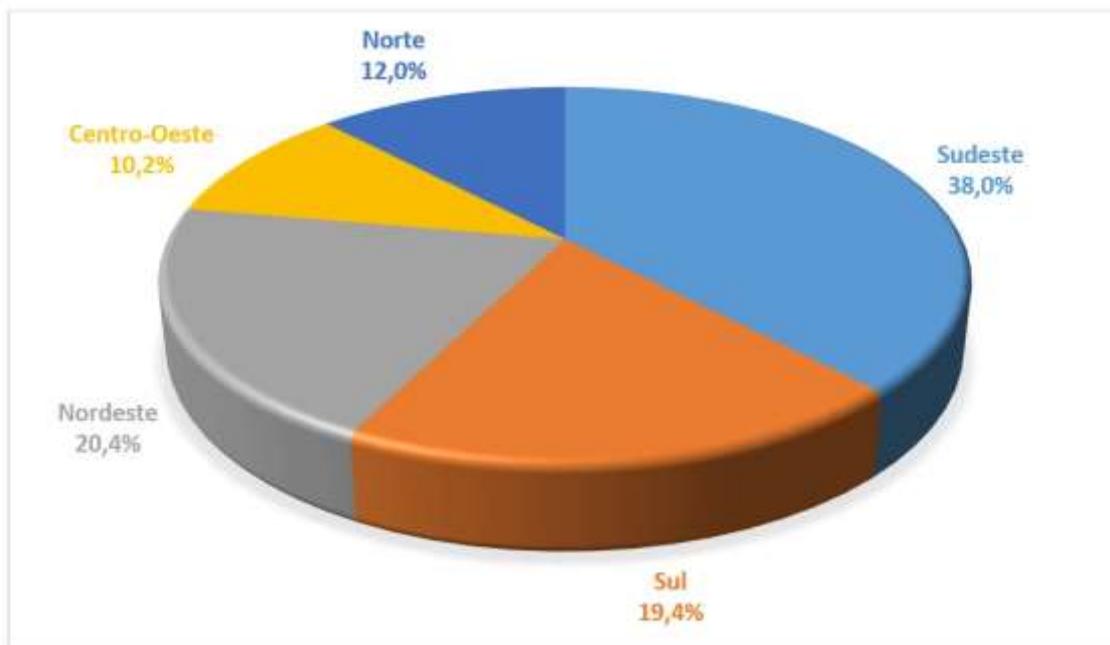


Fonte: elaboração própria

Quando analisamos de que maneira as 108 produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar”, por macrorregiões brasileiras (Gráfico 7), inserem-se entre as 1.238 produções científicas pertinentes ao campo “Eleição Escolar e Gestão Escolar”, por macrorregiões brasileiras (Gráfico 3), observamos que a maior parte delas tem origem na Região Sudeste do Brasil, embora tenham apresentado significativa redução; ao passo que ocorreu aumento expressivo de publicações originárias das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. As produções científicas com objetos de análise vinculadas ao Eixo Temático “Eleição Escolar” demonstram vitalidade entre as produções científicas originadas nessas últimas regiões. A Região Sul manteve-se praticamente estável.

Gráfico 7: percentual de produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar” levantadas, por macrorregião brasileira - 2022.

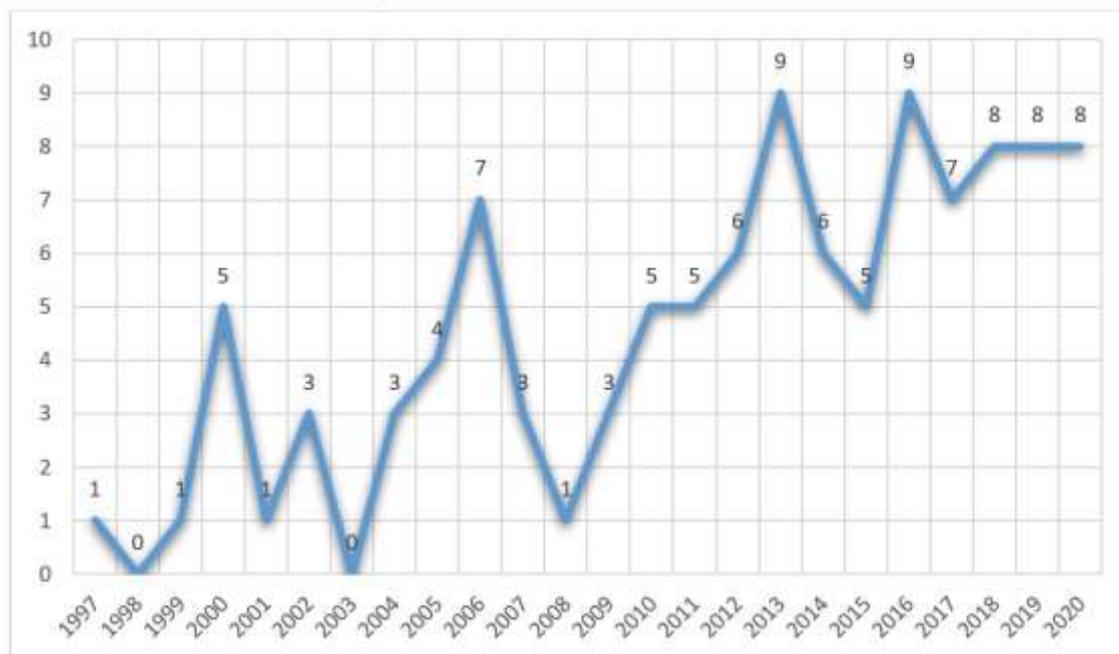
N = 108 produções científicas



Fonte: elaboração própria

Ao observarmos a data das publicações do Eixo Temático “Eleição Escolar” (Gráfico 8), percebemos que a partir de 2010 manifesta-se aumento do número de produções científicas, semelhante ao identificado no Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar” (Gráfico 4). Diferentemente do que ocorre com o número de produções científicas do Campo Temático, que permanecem significativas até o início da Pandemia de COVID-19; no caso daquelas relacionadas ao Eixo Temático “Eleição Escolar”, notamos que embora tenham apresentado pequena redução, o número de produções se situa bem acima da média mesmo nos anos da Pandemia. Acreditamos que a promulgação da Lei n° 13.005/2014, que em sua meta 19 determina que para nomeação de diretores escolares se considere a combinação de princípios gerencialistas de mérito e desempenho com a participação popular possa ter favorecido o maior número de produções científicas deste campo, mesmo no período da Pandemia.

Gráfico 8: evolução cronológica das produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar” levantadas – 2022.

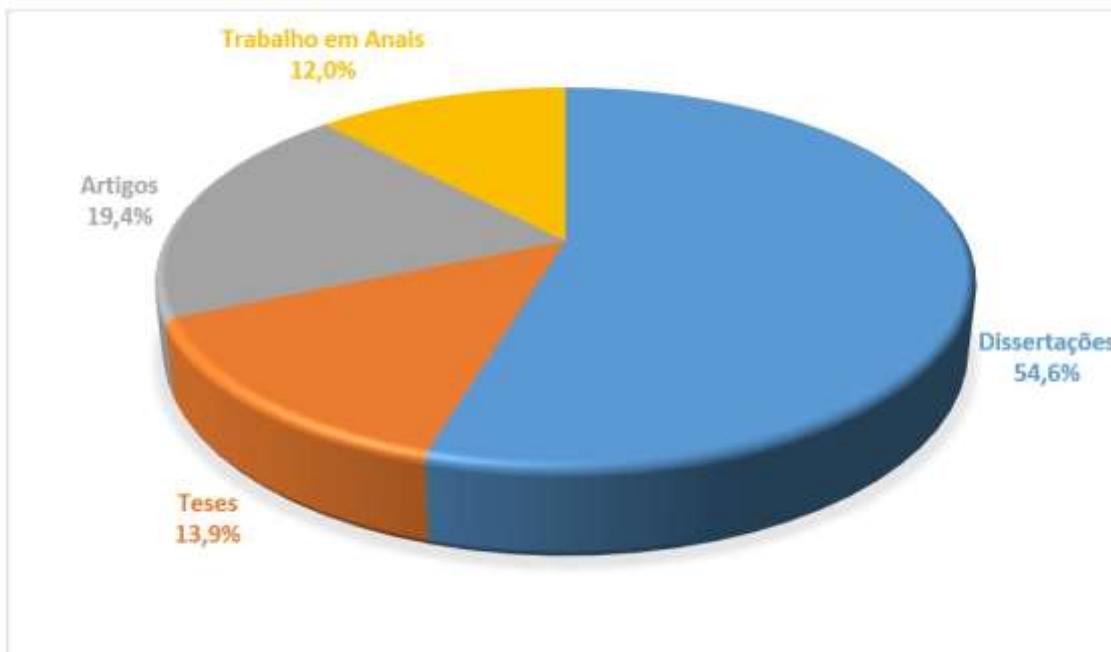


Fonte: elaboração própria

Ao classificarmos as 108 produções científicas por tipo de produção, temos: 21 artigos científicos, 59 dissertações de mestrado, 15 teses de doutorado e 13 trabalhos publicados em anais de eventos. Analisando como as 108 produções científicas sobre “Eleição Escolar”, por categoria – 2022 (Gráfico 9), inserem-se entre as 1238 produções científicas acerca do Campo Temático “Gestão Escolar e Eleição Escolar”, por categoria – 2022 (Gráfico 2), verificamos que embora tenha se mantido elevado o número de dissertações de mestrado produzidas no Campo Temático, ocorreu uma redução percentual de 68% para 59%. Por outro lado, observamos aumento do número de produções de artigos científicos e teses de doutorado e, sobretudo, de trabalhos publicados em anais das reuniões científicas da ANPEd desde 1996, de 4% para 12%.

Gráfico 9: percentual de produções científicas do Eixo Temático “Eleição Escolar”, por tipo de produção – 2022.

N = 108 produções científicas



Fonte: elaboração própria

A seguir, trataremos das produções científicas classificadas a partir das 7 categorias analíticas estabelecidas. Diante da análise, tal classificação nos permitiu melhor visibilidade das principais questões e das contribuições que essa literatura trouxe para o debate acerca da escolha de gestores escolares segundo a perspectiva da gestão democrática da escola pública.

RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

A classificação nos permitiu identificar com maior clareza 53 produções científicas inseridas na categoria analítica “*relação entre processo de escolha de diretores escolares e de democratização da gestão escolar*”. A análise sistemática dessas produções nos fez perceber que elas apresentam alguns pontos de convergências que merecem destaque. O primeiro deles é que de modo geral, elas consideram que a questão da “eleição de diretores” se destaca

como uma das determinações que sustentam as reflexões sobre gestão ou administração escolar democrática, ao lado de outras como “autonomia escolar”, “conselhos escolares”, “participação estudantil” e “responsáveis nas decisões escolares”. Uma demonstração clara é a observação feita por Peroni (2014, p. 186):

A construção do projeto político-pedagógico, a participação em conselhos de escola, a eleição para diretores, o exercício da autonomia financeira, são processos pedagógicos de aprendizagem da democracia, tanto para a comunidade escolar, quanto para a comunidade em geral, porque a participação exige um longo processo de construção no qual a gestão democrática é um fim, mas também um meio.

O segundo destaque é que o conjunto dessas produções demonstra que, embora a consulta para escolha de diretores escolares represente um avanço em relação às outras formas de provimento, isoladamente ela está longe de se configurar na consolidação da gestão democrática, conforme apontado por Marques (2006, p. 514): “os gestores perceberam que a eleição direta, embora importante, por si só, não era capaz de garantir a implantação de práticas democráticas na gestão das escolas [...]”.

A consulta pode até ser considerada como indicativo da intenção de construção da gestão democrática nas unidades de ensino de determinada rede, mas na atualidade ainda se situa nos limites da tutela estatal burguesa. Assim sendo, cabe destacar a crítica apontada por Flach (2019, p. 319), ao afirmar que: “[...] como um dos fatores que contribuem para a gestão democrática da educação, a escolha de diretores de escolas [...] ainda apresenta resquícios conservadores, mesmo quando aponta para a participação ampla da comunidade em um processo eletivo”.

Isto se deve ao fato de que o conteúdo teórico e normativo que orienta a implantação da gestão democrática na atualidade expressa justamente a dominação da burguesia sobre a classe subalterna, bem como a manutenção da hegemonia alcançada. Nesse sentido, a consulta à comunidade para a escolha de diretores escolares representa uma experiência de exercício democrático

nos limites da ordem burguesa (cindida pela apropriação desigual dos meios de produção e a exploração de uma classe sobre a outra) e de sua reprodução. Por outro lado, em suas contradições podem emergir elementos para sua própria superação.

Assim, a escolha de diretores por meio de eleição com participação ampla da comunidade é um processo contraditório que expressa verdade e engano sobre o entendimento da gestão democrática, mas, justamente por isso, contribui para o desenvolvimento da consciência coletiva, ultrapassando a democracia formal (liberal) e contribuindo para o alcance de uma democracia que tenha a liberdade como fim (Flach, 2019, p. 335).

O terceiro ponto de convergências entre as produções científicas consultadas refere-se ao risco de que a eleição para diretores de escolas possa reproduzir em vários casos os vícios patrimonialistas e clientelistas típicos das eleições para os parlamentos e chefias dos poderes executivos no Brasil.

Em contextos mais amplos, seja nacional ou estadual, a participação dos cidadãos nas decisões políticas por meio de representantes não garante que os interesses dos representados sejam orientadores para discussões e decisões, por isso é uma participação limitada (Flach, 2019, p. 325).

Da mesma forma, a reprodução dos vícios típicos das eleições gerais nos processos de consultas às comunidades para escolha de diretores escolares em nada contribuem para o fortalecimento e efetivação dos projetos político-pedagógicos das UEs. Não raro, é possível perceber que: “[...] se repetem no interior de muitas escolas as mesmas práticas eleitoreiras presentes na sociedade política brasileira: disputas acirradas com campanhas mercantilistas, composições e articulações muitas vezes inconciliáveis, esquecimento das promessas após a vitória eleitoral” (Oliveira, 2002, p. 7 – grifo nosso).

ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR

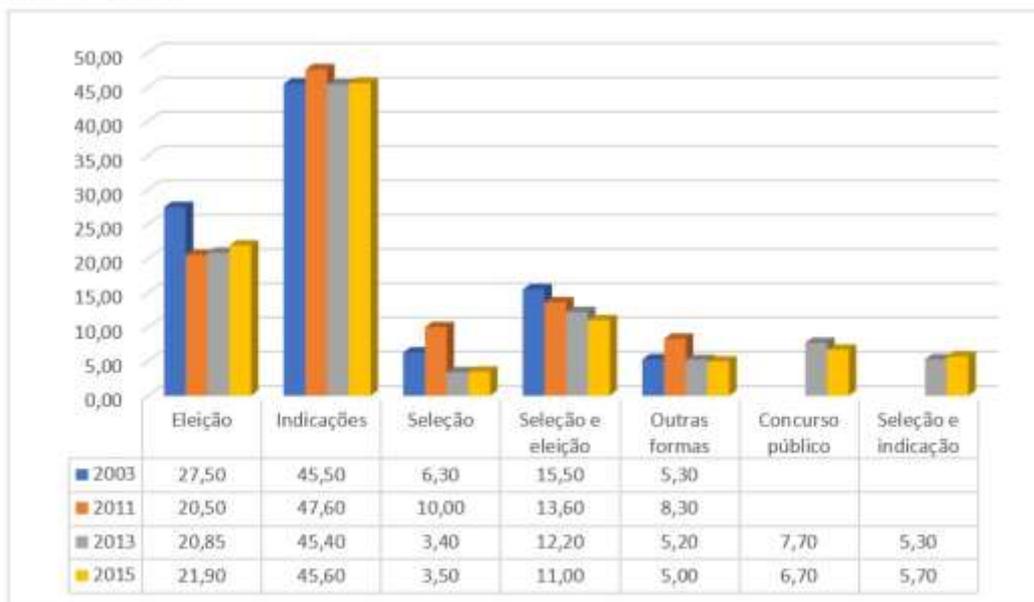
Antes de apresentarmos o resultado da análise das 24 produções científicas que tratam das estratégias de provimento para o cargo ou função de

diretor de escola e seus respectivos pontos de convergências, consideramos oportuno destacar alguns dados do estudo de Drabach (2018) sobre as formas de acesso ao cargo ou função de dirigentes escolares no Brasil presentes em sua tese de doutorado. O levantamento baseou-se em:

[...] microdados publicados pelo INEP resultantes do questionário aplicado aos diretores de escola, quando da realização das provas do SAEB pelos estudantes. Considerou-se no questionário de cada ano (2003, 2011, 2013, 2015), a pergunta sobre como os diretores chegaram à função. Apresentam-se os resultados primeiramente no Brasil como um todo, considerando-se as redes estaduais e municipais, juntas; em seguida em cada uma das redes, estaduais e municipais [...] (Drabach, 2018, p. 137).

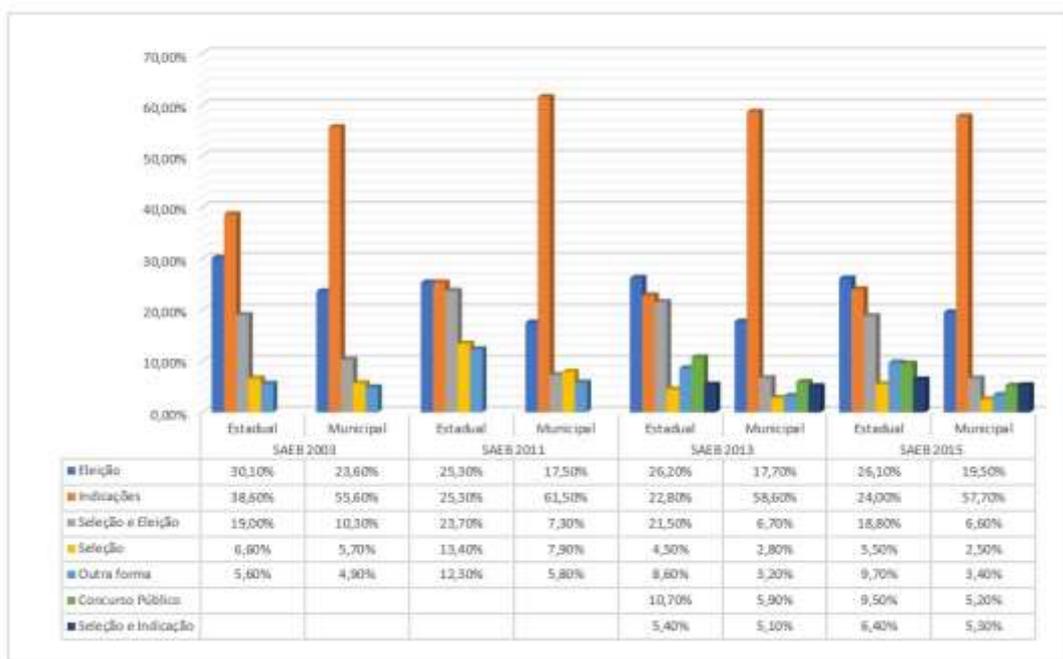
Os dados do Gráfico 10 demonstram que as indicações, além de representarem a principal forma para o preenchimento da função de diretor de escola no Brasil, praticamente não manifestaram alteração percentual no período estudado. Dessa forma, é possível acreditar que na maior parte das redes públicas de ensino básico “[...] a política educacional direcionada à gestão escolar não teve nenhuma influência sobre a escolha de diretores, nem no sentido de instituir as formas mais democráticas, nem no sentido de introduzir critérios meritocráticos (Drabach, 2018, p. 138).

Gráfico 10: percentual de incidência de formas de provimento da função de diretor escolar em redes estaduais e municipais do país – Brasil, 2003, 2011, 2013 e 2015.



Fonte: Drabach (2018, p. 138)

Gráfico 11: Comparação de redes estaduais e municipais quanto às formas de preenchimento da função de diretor escolar do país – Brasil, 2003, 2011, 2013 e 2015.



Fonte: Drabach (2018, p. 140)

Nota-se no Gráfico 11 que a forma de provimento baseada na indicação é mais comum nas redes municipais, ao passo que aquela baseada na consulta se faz mais presente em redes estaduais. No mesmo sentido, podemos perceber que:

[...] as demais formas de escolha que incluem a análise da competência técnica, como concurso público, seleção de currículo, seleção seguida de eleição ou seleção seguida de indicação estão em maior percentual nas redes estaduais. O que corrobora com a ideia de que as esferas menores da administração pública (os municípios) estão mais sujeitas ao clientelismo e às trocas de favores (Drabach, 2018, p. 139).

Feitos esses esclarecimentos, passemos agora aos pontos de convergências das 24 produções científicas que tratam das estratégias de provimento para o cargo ou função de diretor de escola. O primeiro deles se refere à observação de que, quando se defende a efetivação da gestão democrática, o uso de processos para preenchimento dos cargos ou funções por meio de consulta à comunidade escolar se destaca como o mais frequente nas produções científicas, em detrimento da defesa de processos para ocupação do cargo ou função por meio de indicação ou de concurso público. Acreditamos que o modelo utilizado para o preenchimento do cargo ou função de diretor revela não só a perspectiva política, mas também a expectativa da administração pública quanto ao perfil daqueles que deverão ocupar o cargo ou função.

Assim, quando prevalece a indicação política, o secretário da educação ou o chefe do Poder Executivo espera que o escolhido para ser diretor seja mais comprometido com aquele que o indica do que com a própria comunidade em que a unidade escolar onde vai exercer sua função se insere. Esta visão é bem expressa na observação de Paro (2011, p. 37):

A nomeação por critério político, [...] é comumente considerada a pior alternativa, em virtude do clientelismo político que ela alimenta e a falta de base técnica que a sustenta, já que o candidato é escolhido não por sua experiência e conhecimento de gestão e de

educação, mas por sua maior afinidade com partido ou o grupo no governo do estado ou do município.

No caso do concurso público para preenchimento do cargo de diretor, parte-se do pressuposto de que a competência técnica do escolhido proporcione a melhor administração da unidade escolar. A esse respeito, Paro (2011, p. 39) observa:

O que fundamenta a indicação do concurso é o conteúdo técnico especial do cargo ou o ofício a ser provido. [...] Inúmeros estudos e pesquisas (v. p. ex. PARO, 1995), tem demonstrado que o que exige do diretor, em termos técnicos, em comparação com o que o bom professor detém, é tão ínfimo e tão relacionado a prática do dia-a-dia da escola, que o aprendizado técnico das matérias relacionadas à Administração ou à Gestão que costumam povoar os cursos superiores é, não apenas desnecessário, como inútil. Somente os que veem no diretor um gerente de fábrica pode reivindicar um componente técnico ao diretor que não seja o próprio conhecimento de educador já ferido no concurso para professor. Para além disso, o que se necessita é de competência política e legitimidade para coordenar o trabalho dos demais trabalhadores da escola, competência essa que só se dá com exercício da política, e legitimidade essa que só se pode aferir pela manifestação livre dos “dirigidos” expressa no voto.

No caso de consulta à comunidade escolar para o provimento de diretores, realiza-se certa dose de autonomia ao permitir que a comunidade escolar possa opinar sobre quem deverá conduzir os rumos do seu projeto educativo. Em relação a esse aspecto, é bastante expressiva a observação de Paro (2011, p. 39):

[...] a modalidade de escolha que mais se adequa as peculiaridades da função do diretor é a eleição pela comunidade escolar. Certamente isso não significa nenhuma certeza em termos de completa democratização da escola, já que é apenas uma das medidas necessárias [...]. Entretanto, sem ter os vícios das outras alternativas de provimento, a eleição é a única que tem a virtude de contribuir para o avanço da democratização.

Embora se admita que a participação da comunidade seja o ponto comum entre a escolha de diretor por eleição direta, assim como no processo de composição da lista tríplice, não se deve desconsiderar suas diferenças. A esse respeito, é preciso esclarecer que:

A eleição direta se desenvolve, na maioria dos casos, da seguinte forma: através de edital são definidas as regras básicas da eleição (inclusive a composição do colégio eleitoral); os candidatos inscrevem-se em chapas compostas por diretor e vice-diretor ou somente por diretor; a seguir, os candidatos debatem publicamente com a comunidade escolar o seu projeto político pedagógico. O passo seguinte é a eleição propriamente dita, podendo esta se dar em um ou dois turnos caso alguma chapa não obtenha a maioria dos votos (50% + 1). O colégio eleitoral, devidamente inscrito, vota na chapa de sua preferência, passando-se, logo a seguir, à contagem dos votos. O resultado final é lavrado em ata encaminhada oficialmente, com a composição da chapa vencedora, à secretaria de educação que normalmente acata a decisão do colégio eleitoral, assumindo então a chapa eleita por um período determinado de tempo.

Pelo processo de composição de lista tríplice ou sêxtupla o procedimento é basicamente o mesmo da eleição direta (salvo algumas exceções), com uma diferença fundamental apenas do encaminhamento final: elabora-se uma lista com as três ou seis chapas mais votadas, com respectivos resultados da urna, sendo a mesma submetida à apreciação da secretaria da educação que indicará, dentre as eleitas, aqui aprovar, podendo ou não nomear a chapa mais votada (Corrêa, 1997, p. 100).

Observa-se, então, que a consulta direta à comunidade para escolha de diretores e vice-diretores escolares em relação ao estabelecimento de lista tríplice ou sêxtupla constitui um avanço significativo. Porém, no que se refere à consulta, embora exista a manifestação da comunidade quanto ao nome de quem deverá dirigir a escola, a publicação do edital para o início da consulta à comunidade e, principalmente, a nomeação ou não para o provimento do cargo ou função se dá por ato de vontade do chefe do Poder Executivo. Percebe-se, dessa forma, que a tutela do Poder Executivo sobre as unidades de ensino se mantém bastante vigorosa.

Corrêa (1997) faz ainda referência ao aspecto positivo que a consulta à comunidade escolar proporcionaria, ao permitir mandatos por tempo determinado com limite de recondução. Haveria também, segundo esse autor, uma tensão a ser encarada pelas redes de ensino e unidades de ensino sobre o peso dos diversos segmentos escolares nos processos de votação, conforme bem observado por Corrêa (1997, p. 101):

Alguns defendem a participação dos professores, especialistas, funcionários, pais e alunos sem distinção de peso para o voto; outros propõem uma maior valorização do voto dos professores e especialistas em detrimento dos demais segmentos. Existem casos em que os professores apresentam restrições quanto à participação de pais e alunos na eleição.

Parece-nos claro que predomina nessa literatura a visão de que estabelecer certa hierarquização do voto no seio da comunidade escolar enfraqueceria o próprio embrião de gestão democrática que a consulta pode representar, sobretudo pelo enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os segmentos desse agrupamento social.

TENSÕES ENTRE AUTONOMIA ESCOLAR E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Ao analisarmos as 11 produções científicas que tratam das tensões entre autonomia escolar e gestão governamental, identificamos 5 delas que têm como ponto de convergência a visão de que a própria forma de provimento baseada na indicação política ou mesmo as formas mistas de seleção já são por si só expressões da interferência do poder central sobre a autonomia escolar.

As demais produções estavam focadas na interferência das secretarias de educação, valendo-se da hierarquização das relações e do endurecimento de rotinas e processos, mesmo após as consultas à comunidade escolar para provimento do cargo ou função de diretor.

Percebe-se nesse conjunto de produções científicas o reconhecimento de que não basta a garantia da escolha autônoma e democrática dos diretores escolares pelos diferentes segmentos da comunidade escolar para que ocorra a gestão democrática da escola. O problema é bem mais complexo e a forma de provimento do cargo de diretor escolar é apenas um aspecto desse problema.

ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES COMO PRÁTICA DEMOCRÁTICA EM OPOSIÇÃO AO GERENCIALISMO

Da análise das 8 produções científicas sobre a escolha de diretores escolares como prática democrática em oposição ao gerencialismo,

encontramos como ponto de convergências a contradição verificada em vários processos que tentam conciliar o modelo gerencialista com uma suposta gestão democrática. A estratégia é instituir formas mistas de escolha de diretores baseadas na combinação entre a seleção interna e posterior consulta à comunidade escolar, ou seja, o poder público coloca em questão a capacidade que as direções eleitas ou indicadas teriam de resolver os problemas que ocorrem na escola, ao passo que fortalece a ideia de “competência técnica”.

Predomina nas produções identificadas a compreensão de que as formas mistas de preenchimento do cargo/função de diretor são incompatíveis com a consumação da gestão democrática. Na verdade, a proposta tem origem na Meta 19 do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei n° 13.005/2014, ao preconizar a associação entre critérios técnicos de mérito e desempenho, tipicamente gerencialistas, e consulta pública à comunidade, de orientação democrático-participativa. A esse respeito, as considerações de Peroni (2014, p. 186) são bastante representativas:

Se por um lado, a consulta pública à comunidade escolar prevista na Meta 19 pode significar um avanço nos locais onde não há histórico de gestão democrática, seja na forma de lei própria, seja na forma da vivência de processos democráticos, por outro lado, cabe um alerta no sentido de que a associação de critérios técnicos de mérito e desempenho a essa consulta à comunidade restringe a própria efetividade deste princípio. Em nosso entendimento, esta redação tenta articular em um mesmo texto dois mecanismos de gestão que representam concepções diferentes e mesmo antagônicas de gestão, uma de matriz democrática e outra vinculada a modelos de viés gerencial, restando aos entes federados o desafio de implementar em conjunto critérios tão distintos. Cabe, ainda, destacar o fato de que a expressão “consulta pública” pode não significar exatamente a eleição direta de dirigentes escolares.

LEGALIDADE DOS PROCESSOS DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

Ao analisarmos as 5 produções científicas que tratam da legalidade dos processos de escolha de diretores escolares, percebemos que 3 trabalhos tratam propriamente da categoria citada. As demais ficaram restritas ao demonstrar os avanços que a legislação regulatória da eleição de diretor escolar

representa em termos de provimento do cargo/função quando comparadas à indicação política.

A partir do estudo de jurisprudências existentes no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, Corrêa (2020) investigou a questão. No que diz respeito às eleições diretas nas escolas, segundo o conteúdo jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o referido autor concluiu que:

Candidato que porventura tenha sido investido ao cargo após realização do pleito eleitoral para escolha de diretores, não se torna detentor de direito líquido e certo em face do Poder Executivo, uma vez que a sua nomeação está vinculada a um cargo de confiança e, por isso, pode ser desfeita a qualquer momento pela autoridade constituída. A apreciação das decisões jurisprudenciais ocorridas na esfera do STJ, dão provas de que as legislações que originaram e regulamentaram as eleições diretas nas escolas no âmbito estadual e municipal, são reconhecidamente inconstitucionais, portanto, inócuas no mundo jurídico. Além disso, a ocupação do cargo/função de diretor das escolas públicas, não gera direito líquido e certo ao favorecido por esse ato oficial, isto porque se trata de lugar comissionado, para o qual o Poder Executivo detém o poder de admitir e/ou exonerar o indicado, inclusive prescindindo de qualquer processo administrativo (Corrêa, 2020, p. 970).

Com relação a decisões jurisprudenciais no Supremo Tribunal Federal, após o estudo de vários acórdãos³ proferidos por aquela corte, Corrêa (2020, p. 974) conclui que:

[...] os julgamentos realizados no âmbito do STF, trouxeram importantes reflexões a respeito do instituto das eleições diretas para escolha dos diretores de escolas públicas. Demonstrou que a Constituição deve prevalecer em face das Constituições estaduais, leis e decretos regulamentadores dos processos eletivos para provimento de cargo/função de diretor. Por outro lado, restou evidente que o Chefe do Poder Executivo (seja ele estadual, municipal, ou mesmo no Distrito Federal) goza da prerrogativa sobre o poder de nomeação ou destituição do cargo do diretor das escolas públicas. Por isso, não podem os processos eletivos suprimir essa discricionariedade amparada constitucionalmente, mesmo que deles participem professores, servidores, alunos, pais ou seus representantes legais. É importante destacar que desde setembro do ano de 1988, o Tribunal Pleno do STF já decidiu ser inconstitucional a previsão de processos

³ Refere-se a uma decisão final ou sentença proferida por instância superior que passa a ter seus efeitos sobre os demais casos semelhantes (CORRÊA, 2020, p. 967)

eleitorais para escolha de diretores das escolas públicas, sejam eles inscritos em Constituições Estaduais, leis, decretos ou resoluções. Não podem tais normas aí previstas, solapar com a competência do Chefe do Poder Executivo para nomear ou destituir o servidor do cargo/função dessas instituições educativas.

De modo geral, as produções científicas dessa categoria deixam claro que, nos limites da ordem econômica e social de nosso país e de seu ordenamento jurídico, a sustentação da consulta à comunidade escolar para escolha de diretores escolares é expressão de uma correlação de forças entre a chefia do Poder Executivo e as unidades de ensino (educadores, responsáveis e estudantes), visto que não há amparo legal ou constitucional, como se verifica pelas jurisprudências do STJ e do STF. Na esfera local ou estadual, é até possível admitir opiniões das unidades de ensino sobre qual deve ser o projeto educativo e quem deve dirigi-lo, como espaço de tensionamento e de aprendizado político e pedagógico. Entretanto, ao final, as unidades de ensino não devem negligenciar que, nos limites do ordenamento jurídico burguês, a nomeação é ato discricionário do chefe do Poder Executivo.

DISTORÇÕES E MANIPULAÇÕES NOS PROCESSOS DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES

Ao realizarmos a leitura das 5 produções que tratam das distorções e manipulações nos processos de escolha de diretores escolares, notamos como ponto de convergências as considerações sobre a reeleição de candidatos à direção de escolas. Prevalece a ideia de que a recondução de diretores escolares está muito mais relacionada à falta de outros postulantes ao cargo/função do que à certeza de que a recondução seja expressão do bom trabalho desenvolvido por aqueles que ambicionam se manter no posto. Uma apreciação bem expressiva desse fato é a de Silva (2002, p. 103-104), quando aponta que:

Assim, a recondução desses diretores não pode ser entendida como uma recompensa pelo desempenho passado e nem por serem os melhores candidatos, mas sim pela "falta de opção". Falta de opção

justificada, em algumas escolas, pela ausência de candidatos durante o período eleitoral e, em outras, pela forma de organização da campanha, que contou com a interferência do diretor e não possibilitou aos eleitores conhecerem os reais interesses e as propostas de trabalho dos candidatos interessados em ser dirigentes escolares.

Logo, a partir da análise das 108 produções científicas levantadas que tratam da eleição de diretores escolares foram encontrados ainda um trabalho que relaciona a eleição de diretores escolares com o desempenho do alunado e outro que a associa ao surgimento de tensões entre a liderança do diretor e a micro burocracia pré-instalada na escola.

CONCLUSÃO

Ao final da revisão bibliográfica, concluímos que embora a consulta à comunidade para escolha de diretores escolares represente um avanço em relação às outras formas de provimento, isoladamente, ela está longe de se configurar na consolidação da gestão democrática. Na atualidade, a consulta ainda se situa nos limites da tutela do Estado e de seu ordenamento jurídico. Por outro lado, em suas contradições podem emergir elementos para a superação. Há ainda a possibilidade de a consulta reproduzir em vários casos os vícios patrimonialistas e clientelistas típicos das eleições para os parlamentos e chefias dos poderes executivos no Brasil.

Embora na maioria dos documentos os especialistas reconheçam que a consulta à comunidade seja a melhor forma de preenchimento do cargo/função de diretor, quando se almeja a indução de processos democráticos no interior das escolas, percebe-se que aquela baseada na indicação política ainda se mantém como predominante, representando cerca de 50% das nomeações. Por sua vez, as formas mistas (seleção e consulta à comunidade) de provimento do cargo/função vêm ganhando destaque como estratégia gerencialista. Tanto a forma de provimento baseada na indicação política, assim como formas mistas de seleção já são por si só expressões da interferência do Estado sobre o

embrião de gestão democrática que a consulta à comunidade para a escolha da direção escolar poderia representar.

Concluimos ainda que, pelo ordenamento jurídico brasileiro, já está definido que nas redes de ensino estaduais e municipais não se realizam eleições, mas, no máximo consultas às comunidades para escolha de diretores escolares e, ainda assim, dotadas de instabilidades em razão de variações na conjuntura política. A manutenção dos processos de consultas às comunidades constitui uma importante disputa ideológica que de um lado aglutina os especialistas, os profissionais de ensino e as unidades de ensino articuladas; de outro, os governos e setores conservadores da sociedade. As decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema demonstram que as leis estaduais e municipais a esse respeito são inconstitucionais; expressam que a nomeação para um cargo ou função de confiança no serviço público, como é o caso dos diretores escolares, é prerrogativa do prefeito municipal ou governador de estado, chefes de poderes executivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF): 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>>, acesso em 08/12/2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília (DF): 26 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>>, acesso em 08/12/2023.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NOVAIS, Valéria Silva de Moraes; GUEDES, Gilmar Barbosa. A gestão escolar e formas de provimento ao cargo de diretor escolar: o Plano de Ações Articuladas em foco. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP), v. 12, n. 3, p. 653-670, set./dez. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.14244/198271992880>. Disponível em: <<www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2880/728>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ClAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008. p. 408 - 415. ISBN 978-85-987-36-6. E-book (478 p.).

CORRÊA, João Jorge. As eleições para diretores na rede municipal de ensino de Belo Horizonte no período de 1989 a 1994. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 20-25, p. 99-108, jun. 1997. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981997000100009&lng=pt&nrm=iso>>. Acessos em 15 nov. 2022.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. Decisões jurisprudenciais sobre a inconstitucionalidade das eleições diretas para escolha dos diretores das escolas públicas brasileiras. **Cad. Hist. Educ.**, Set 2020, vol.19, no.3, p.961-978. ISSN 1982-7806.

DRABACH, Nadia Pedrotti. Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas. 2018. 265 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FLACH, Simone de Fátima. A escolha de diretores de escolas e sua relação com o princípio da gestão democrática no ensino público em municípios paranaenses. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 1, p. 316-338, jan. 2019. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732019000100316&lng=pt&nrm=iso>>. Acessos em 15 nov. 2022. Epub 18-Jul-2019. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2019.e51867>.

MARQUES, Luciana Rosa. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Dez 2006, vol.14, no.53, p.507-525. ISSN 0104-4036.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira; ALVES, Maria Leila. A escolha de dirigentes escolares como mecanismo instituinte da gestão democrática: caminhos e descaminhos. In: 25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25ª., 2002, Caxambu. Trabalhos e Pôsteres / GT 5 – Estado e Política Educacional. Rio de Janeiro: ANPEd, 2002. Disponível em: <<<http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm#gt5>>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PARO, Vitor Henrique. Escolha e formação do diretor escolar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Curitiba, v. 6, n. 14, p. 36-50, set./dez. 2011. ISSN 1980-9700. Disponível em: <<<https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Escolha-e-formacao-de-diretores.pdf>>>. Acesso: 11 dez. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. **Educação**. Porto Alegre, Ago. 2014, vol.37, n.º 02, p.180-189. ISSN 1981-2582.

SILVA, Nilson Robson Guedes. Reeleição: continuidade ou continuísmo? (Um estudo com base na reeleição dos diretores das escolas técnicas do CEETEPS/NRSE-Campinas). 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Recebido em: 11/12/2023

Aprovado em: 05/04/2024

Publicado em: 24/05/2024